

A ÊNFASE NA COLABORAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

ROSIMARY GONÇALVES REIS ¹, PATRÍCIA GRAFF²

1 Introdução

Nos últimos anos, as políticas educacionais brasileiras que envolvem os direitos das pessoas com deficiência, ancoradas nos movimentos, debates e diretrizes globais, vem tomando rumos significativos no que tange a inclusão. Em virtude disso, um conjunto de ações vem sendo mobilizadas, visando à escolarização dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), a fim de impulsionar a aprendizagem nas turmas comuns. Nesse sentido, Vilaronga e Mendes (2016, p. 140), em seus estudos, refletiram sobre a necessidade iminente de uma reorganização da educação brasileira, buscando a efetividade da inclusão escolar. Para elas, é fundamental “gastar tempo e energia formando a equipe escolar e capacitar equipes educacionais para tomar decisões de forma colaborativa”. Além disso, não basta incorporar esses estudantes nas escolas comuns, é necessário garantir sua participação nas atividades desenvolvidas em todo o ambiente escolar.

Ao analisar os dados mais recentes do Plano Nacional da Educação – (PNE, 2014), atualizados em junho de 2021, o Indicador 4B, da Meta 4, mostra o aumento significativo do número de matrículas de escolares com deficiência/s, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns. O ano de 2020 alcançou 1.063.000 matrículas na Educação Básica, em nível nacional. Apoiada nesses dados eleva-se a necessidade da (re)estruturação das políticas educacionais, para assegurar que esse contingente de alunos tenha a garantia dos múltiplos recursos necessários aos seus processos de aprendizagem. Tais encaminhamentos produziram as condições de possibilidade para a articulação de profissionais de apoio às diferentes etapas da escolarização.

Nessa esteira, Graff (2021, p. 123) destaca que: “a produção de uma ambiência escolar inclusiva, potencializada pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), institui a necessidade de apoios escolares”. Tal necessidade, segundo a autora, visa “garantir as condições de aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como mobiliza a sua articulação, a partir de práticas

¹Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS/Chapecó, Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas de Inclusão GPPPIIn/UFFS/CNPq contato: rosinhagrmoc@hotmail.com.br

² Docente de Libras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Contato: patricia.graff@uffs.edu.br.

colaborativas, com os professores do ensino comum”. Nessa mesma linha, Lopes (2018, p. 20) destaca que o profissional de apoio escolar, integra um conjunto de profissionais que cooperam com o professor de sala comum, assumindo funções “multi e interdisciplinar[es]” e desenvolvendo, de modo articulado, serviços de apoio à inclusão escolar

Diante desse registro, o presente estudo, se consistiu em investigar como os processos colaborativos, a partir de uma ênfase educacional inclusiva, são normatizados e orientados pelas políticas e programas educacionais brasileiros? Tais processos foram mapeados a partir da Política Nacional de Educação Especial (1994), que inaugurou os processos inclusivos nas escolas de ensino comum tencionando movimentar os conceitos de práticas colaborativas na de inclusão escolar, materializados mediante uma abordagem teórica, que permitiu conhecer o campo em estudo, resultando nos objetivos desta pesquisa:

2 Objetivo geral

Investigar como os processos colaborativos são normatizados pelas políticas educacionais, no contexto da educação inclusiva.

2.1 Objetivos específicos

- Compreender a definição de práticas colaborativas nas políticas e programas educacionais;
- Analisar as práticas colaborativas possíveis a partir das atribuições de cada um dos profissionais de apoio, no conjunto das políticas educacionais inclusivas;
- Realizar estudos de aprofundamento teórico sobre práticas colaborativas e inclusão;
- Articular os achados das políticas e programas educacionais aos estudos de aprofundamento teórico

3 Metodologia

O caminho metodológico circunscreveu esta pesquisa a uma abordagem qualitativa de bases documental e bibliográfica, que aproximaram de um conjunto de conceitos que viabilizaram a compreensão sobre o objeto de pesquisa, qual seja: as práticas colaborativas. O estudo bibliográfico foi feito a partir de buscas pelos portais: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal brasileiro da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando como descritores: práticas colaborativas AND políticas educacionais inclusivas; ensino colaborativo AND inclusão escolar; o profissional de apoio para a inclusão escolar; políticas educacionais inclusivas; inclusão escolar; o segundo professor no processo de inclusão escolar. Como delimitação temporal, o período estabelecido foi de 2001 a 2021.

Para a análise documental, foi selecionado um conjunto de políticas e programas educacionais de domínio nacional, organizadas pelo Ministério da Educação (MEC). Tais documentos legais abordam em seu conteúdo, normativas sobre os processos colaborativos que envolvem os profissionais de apoio escolar e o professor de ensino comum como forma de inclusão escolar. O mapeamento desse conjunto de políticas e programas governamentais foi feito a partir das ocorrências incorporadas em um mesmo sistema linguístico, nomeadamente como: “práticas colaborativas”; “colaboração”; “cooperação”; “articulação”; “atuação colaborativa” e “trabalho colaborativo”. A materialização das análises foi organizada a partir de recorrências enunciativas, articuladas entre o conjunto de fontes que compõe a superfície analítica proposta para esta pesquisa.

4 Resultados e Discussão

O regramento produzido para orientar o trabalho dos apoios escolares, em âmbito nacional, apresenta com certa recorrência, termos que induzem a práticas colaborativas. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) traz a colaboração como uma premissa para as relações escolares que se pretendam inclusivas. De acordo com essa Política, “a educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de *redes de apoio*, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de *práticas colaborativas* (BRASIL, 2008, s/p, grifos nossos).

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p. 7) inaugurou o processo de (re)estruturação nas escolas para atender os alunos da EE e já dava indicativos sobre as práticas colaborativas ao propor: “integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas de recursos da educação especial” (BRASIL, 1994, p. 52). E “integração das equipes de planejamento da educação comum com as de educação especial (BRASIL, 1994, p. 53). Dois anos após a sua instituição, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, a referida normativa declara a necessidade de apoios aos estudantes da Educação Especial, incorporados nas escolas de ensino regular (BRASIL, 1996) mas, para sua materialização não define: os sujeitos, as suas atribuições, os modos de articulação – e as práticas de forma colaborativa – com o professor de ensino comum.

A Resolução CNE/CEB nº 2/01, que estabelece as Diretrizes a Nacionais para a Educação Básica, menciona termos que induzem a colaboração entre o profissional de apoio e

o professor de sala comum, ao sinalizar “art. 8º – IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado nas *classes* comuns, mediante: a) *atuação colaborativa* de professor especializado em educação especial”. (BRASIL, 2001, s/p, grifos meus).

O Projeto Escola Viva, teve seus documentos reeditados em 2005, (2ª edição) e entre as proposições contidas no referido projeto, as relações interdisciplinares entre os educadores são manifestadas, a partir do termo “*cooperação*” (BRASIL, 2005, p. 19, grifos meus). No Programa Educação Inclusiva (BRASIL, 2006), que reúne 21 artigos de pesquisadores e profissionais da educação, os quais possuem como finalidade, propor direcionamentos que fortaleçam a inclusão escolar, foram mapeados dois textos que orientam as práticas docentes de modo colaborativo ao citar “*atuar de forma colaborativa*” e “*trabalho colaborativo*” (BRASIL, 2006. p. 269 e 321, grifos meus).

A Resolução CNE/CEB nº 4, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009, s/p) nos art. 9º e 10º, citam os meios de “*articulação*” que envolvem os apoios pedagógicos especializados e demais professores que atuam com os alunos do PAEE.

Por fim, a investigação recai sobre o Plano Nacional de Educação, que determina diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional no período de 2014 à 2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014. O documento prevê, na meta 4, estratégias que direcionam às práticas colaborativas, a partir da expressão “*articulação*” (BRASIL, 2014, s/p, grifos meus).

5 Conclusão

Considerando os objetivos inicialmente propostos para esta pesquisa, que tomou as práticas colaborativas entre os profissionais de apoio e o professor de ensino comum como centralidade investigativa nas políticas, programas e documentos educacionais brasileiros, foi possível mapear nos materiais de pesquisa selecionados, termos que induzem à normatização de tais práticas diante de uma racionalidade inclusiva. A conclusão da investigação mostrou que no quadro normativo da educação brasileira, há orientações sobre a atuação articulada entre os professores envolvidos no apoio educativo dos alunos PAEE. Para esta afirmação foi apresentado, a partir do mapeamento realizado, uma recorrência semântica de termos sinalizados, a saber: atuação colaborativa; articulação; cooperação e trabalho colaborativo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 de set. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 22 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 04/2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 03 de nov. de 2021

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP. 2008

GRAFF, P. As práticas colaborativas na constituição de uma educação inclusiva. In: LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. C. (Orgs.) **Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação: pensar a educação no século XXI**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.p. 64-72

LOPES, M. M. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. **Dissertação (Mestrado em Educação Especial)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9899/LOPES_Mariana_2018.pdf?sequence=4. Acesso em: 03 fev. 2022.

MENDES, E.G.; VILARONGA, C.A.R; ZERBATO, A.P. O trabalho em colaboração para o apoio da inclusão escolar: Da Teoria à prática docente. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, V. 7, n.19 p.66-87, 2016

Palavras-chave: Inclusão escolar. Práticas colaborativas. Políticas educacionais. Profissional de apoio

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2021–0194, aprovado no Edital n.º 121/GR/UFFS/2021.

Financiamento: UFFS.